

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal apreende, em um dia, R\$ 250 mil em mercadorias.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impacto da Reforma Tributária nas operações com bens imóveis - VISÃO DO DIREITO.....4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SEGURIDADE SOCIAL

A quem serve uma mulher sem previdência? - VISÃO DO DIREITO.....6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Em mensagem, Vorcaro diz que Ciro Nogueira é "grande amigo de vida".....8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado amplia licença-paternidade de 5 para 20 dias.....10

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS detecta novo consignado irregular operado por Master, como Credcesta, e vê indícios de fraude (Banco Master).....11

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores são afastados do BC sob acusação de atuar como "consultores".....13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Penduricalhos: Fachin cogitou elevar teto do funcionalismo.....15

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Belém discute os desafios da Reforma Tributária.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

STF derruba adicional de ICMS sobre serviços de telecomunicações e energia elétrica.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras deve reverter perdas no 4 tri, indicam analistas.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Crise deve pesar no bolso do brasileiro.....22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Mercado reage à pressão da guerra.....24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Senado ratifica acordo.....26

Quinta-Feira, 5 de Março de 2026

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Senado aprova acordo comercial Mercosul-UE.....28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Petróleo volta a subir; Ibovespa avança, e dólar cai.....29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O estouro da guerra e a escalada das incertezas (Artigo).....30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Nível de ociosidade da economia condiciona efeito do gasto público.....32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Câmbio ajuda, mas Brasil cai em ranking de PIB global.....34

Receita Federal apreende, em um dia, R\$ 250 mil em mercadorias

Duas operações da **Receita Federal**, na última segunda-feira, resultaram na apreensão de R\$ 250 mil em mercadorias importadas irregularmente. Entre os produtos, estavam, principalmente, eletrônicos, relógios, perfumes, vinhos e medicamentos. Uma das ações, pela manhã, foi realizada em centros de distribuição de marketplaces dos Correios e resultou na apreensão de aproximadamente R\$ 150 mil em objetos. Na madrugada do mesmo dia, durante fiscalização de bagagens de passageiros no Aeroporto Internacional de Brasília, foram apreendidos produtos avaliados em R\$ 106 mil em apenas uma mala, que continha celulares, relógios de luxo e perfumes de grife. Ninguém foi preso.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/8440/05-03-2026.html?all=1>

Impacto da Reforma Tributária nas operações com bens imóveis - VISÃO DO DIREITO

Maíra Konrad de Brito - Sócia da unidade de Brasília do Azevedo Sette Advogados, onde coordena as áreas tributária, de processos estratégicos e de direito digital desde 2014

Maíra Konrad de Brito - Sócia da unidade de Brasília do Azevedo Sette Advogados, onde coordena as áreas tributária, de processos estratégicos e de direito digital desde 2014

A promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, seguida pela regulamentação por meio da Lei Complementar 214/2025, representa um dos mais significativos marcos na história do sistema fiscal brasileiro, inaugurando uma era de profundas transformações na tributação sobre o consumo.

Nesse cenário de reconfiguração sistêmica, o setor imobiliário, por suas características intrínsecas, mereceu uma atenção especial do legislador, originando o Regime Específico para Operações com Bens Imóveis.

Uma inovação de grande relevância reside na possibilidade de pessoas físicas serem consideradas contribuintes do IBS e da CBS. Para as operações de locação, a pessoa física será considerada contribuinte no ano-calendário subsequente se, no ano anterior, sua receita total com essas operações exceder R\$ 240.000 e tiver por objeto mais de três imóveis distintos. A tributação poderá ocorrer no mesmo ano-calendário caso a receita supere R\$ 288.000,00.

No que tange à alienação de imóveis, a pessoa física será enquadrada como contribuinte se realizar, no mesmo ano, operações com mais de três imóveis, sendo que mais de um deles seja imóvel construído e detido por menos de 5 anos.

Vale destacar a definição do momento de ocorrência do fato gerador, que, para a maioria das operações, foi alinhado ao regime de caixa. Assim, o fato gerador ocorre, e o tributo é devido no momento do pagamento da respectiva parcela. Essa regra alinha o desembolso tributário ao fluxo de caixa das empresas.

Insta registrar, ainda, que a base de cálculo do IBS e

da CBS é, em regra, o valor da operação. No entanto, a grande inovação reside na possibilidade de dedução de valores específicos, denominados "redutores": o valor da operação é subtraído pelos redutores aplicáveis (Redutor Social e/ou Redutor de Ajuste), resultando na base de cálculo ajustada.

Sobre esta, aplica-se a alíquota da operação para se encontrar o débito de IBS e CBS.

Deste valor, são finalmente descontados os créditos de insumos acumulados na cadeia, chegando-se ao valor final a ser recolhido.

O Redutor Social é um valor fixo a ser subtraído da base de cálculo do IBS e da CBS em operações específicas, visando desonerar a aquisição e a locação de moradias.

Na alienação de um bem imóvel residencial novo, a base de cálculo pode ser reduzida em R\$ 100.000. Para a venda de um lote residencial, a redução é de R\$ 30.000. Já nas operações de locação residencial, aplica-se um redutor mensal de R\$ 600 por imóvel.

Por outro lado, o Redutor de Ajuste foi concebido para endereçar a questão do "resíduo tributário" embutido no valor de imóveis adquiridos antes da vigência plena do novo sistema. Como esses imóveis foram adquiridos sob a égide de um sistema cumulativo, sua venda no novo sistema, sem um mecanismo de ajuste, resultaria em uma dupla tributação.

O Redutor de Ajuste, portanto, representa o estoque de **tributos** antigos contido no ativo e será utilizado para abater a base de cálculo do IBS e da CBS na primeira alienação do imóvel sob o novo regime.

Cumprе salientar que, para imóveis de propriedade do contribuinte em 31 de dezembro de 2026, o valor inicial corresponde ao seu custo de aquisição ou, por opção, a um valor de referência.

Para imóveis em construção nessa mesma data, o valor inicial será a soma do valor de aquisição do terreno com os custos de produção incorridos até 1º de janeiro de 2027. Para imóveis adquiridos a partir

desta data, o valor inicial é o próprio valor de aquisição.

A estes valores somam-se outros dispêndios, como o ITBI, laudêmios, além das contrapartidas de ordem urbanística e ambiental exigidas pelos entes públicos, como a outorga onerosa do direito de construir, o que representa um importante reconhecimento dos custos reais para a viabilização de empreendimentos.

Igualmente relevante, a legislação estabeleceu redutores sobre a alíquota padrão do IBS e da CBS. Para a maioria das operações com bens imóveis, como alienação e construção, as alíquotas serão reduzidas em 50%. Para as operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, a redução é ainda mais expressiva, chegando a 70% da alíquota padrão.

Em linha com o princípio da não cumulatividade plena, os contribuintes terão direito a se creditar do IBS e da CBS incidentes sobre a aquisição de bens e serviços utilizados como insumos em suas operações, permitindo-lhes recuperar **tributos** pagos na cadeia de fornecedores, eliminando o custo tributário oculto.

Para as incorporadoras optantes pelo RET, a transição foi estruturada em três fases. As vendas realizadas até 31.12.2026 continuarão sendo tributadas integralmente pelo sistema atual do RET, mesmo que os recebimentos ocorram em datas posteriores.

Para adesões ao RET entre 1.1.2027 e 31.12.2028, a lei faculta a opção por um regime de transição simplificado, no qual a CBS incidirá de forma cumulativa com alíquotas de 2,08% ou 0,53% (correspondentes às parcelas do PIS/Cofins no RET atual).

Finalmente, a partir de 1.1.2029, todas as novas operações de incorporação passarão a se sujeitar às novas regras, com a incidência de IBS e CBS, direito a créditos e aplicação dos redutores.

No tocante aos contratos de locação, cessão onerosa ou arrendamento celebrados por prazo determinado e firmados até a data de publicação da Lei Complementar 214/2025 (desde que formalmente comprovados), a lei permite a opção por um recolhimento simplificado de IBS e CBS à alíquota de 3,65% sobre a receita bruta.

A duração dessa opção varia conforme a finalidade do contrato: para os residenciais, valerá até 31 de dezembro de 2028 ou até o término do prazo original do contrato, o que ocorrer primeiro; para os não residenciais, a opção se estende por todo o prazo do contrato.

O sucesso desta transição, entretanto, dependerá não apenas da capacidade de adaptação dos contribuintes, mas também de uma regulamentação infralegal clara e objetiva por parte do Comitê Gestor do IBS e da **Receita Federal**.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Impacto da **Reforma Tributária** nas operações com bens imóveis

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/8440/05-03-2026.html?all=1>

A quem serve uma mulher sem previdência? - VISÃO DO DIREITO

Laura Brito - Advogada especialista em direito de família e das sucessões. Possui doutorado e mestrado pela USP e atua como professora em cursos de pós-graduação, além de ser palestrante e autora de livros

Ao longo dos quase vinte anos de minha atuação na área de família e sucessões, fui colecionando temas que me causavam incômodo e sobre os quais sentia necessidade de alertar as pessoas.

Temas que só marcam a memória de quem já ouviu sobre a vida privada de mais de mil famílias. Entre os temas mais espinhosos está o destino da mulher que não contribuiu para a previdência. E é sobre isso que quero falar nesse oito de março.

As décadas se passaram, os discursos mudaram e a realidade é que uma parte considerável de nós, mulheres, em várias classes sociais, ainda para de trabalhar para cuidar dos familiares mais vulneráveis.

Normalmente as crianças pequenas, mas também podem ser os idosos fragilizados ou as pessoas com deficiência. Quando isso acontece, temos uma equação financeira bastante complexa que, em regra, vai permitir que ela viva com uma renda compartilhada - ou o salário do marido, ou a aposentadoria do pai ou o benefício da prestação continuada do filho. Essa composição monetária é muito frágil e, normalmente, vai colocar essas mulheres em situação muito desprotegida no futuro. Explico.

No caso das mulheres que cuidam de seus filhos, ela normalmente vai ter um suporte do marido, companheiro e pai dessas crianças. É um arranjo errado? De jeito nenhum. Mas vamos refletir mais sobre isso.

Muitos casais me dizem: ao fazer a conta da babá, da creche, de tudo, dava quase a mesma coisa do salário que ela recebia. Então, era melhor ela ficar em casa. Acontece que essa conta deixa de fora um custo essencial: essa mulher está contribuindo para a previdência?

O que está garantindo o seu presente vai garantir o seu futuro?

Quando a conta não existir mais, a babá não for mais necessária, quanto tempo ela deixou de pagar o

INSS? Alguém fez o cálculo de como isso vai impactar na sua possibilidade de se aposentar?

A realidade é que, no Brasil, uma parte considerável das mulheres tem como perspectiva de renda na velhice a pensão por morte do marido. Perdoem a minha sinceridade, mas é verdade. Ocorre que, para viver de pensão de marido falecido, a pessoa tem que ficar até ele morrer, independentemente de novos desejos, de novos contextos e, claro, da violência que vier. Que tipo de projeto de futuro é esse?

Veja bem. Desejo que, se assim quiserem, que os casamentos durem eternamente.

E que durem por amor, companheirismo e alegrias. Mas, se a mulher tiver vontade e necessidade, que ela possa ir embora sem medo do futuro. Para onde vai essa liberdade se não há perspectiva de **seguridade social**?

Você pode me dizer: ah, mas tem patrimônio.

Mas tem mesmo? Porque patrimônio partilhado que dê segurança na velhice tem que ser muito patrimônio. Tem quem me fale que não se preocupa, porque o marido fez uma previdência privada em seu nome. Que papel você tem no plano? Porque, se você é beneficiária, ele pode trocar amanhã. Importa saber se vão fazer uma previdência privada na qual você seja a dona do valor aportado e quem define eventual beneficiário. E não se pode contar também com pensão alimentícia como garantia na velhice. Não dá. Se a renda do alimentante estiver baixa, não tem como repartir.

Isso vale, também, para uma filha que cuida do pai idoso que tem uma boa aposentadoria.

As coisas se assentam, e o benefício sustenta pai e filha que se dedica integralmente aos cuidados dele por décadas. Mas no dia em que esse pai falece, a renda dele desaparece. Quem vai socorrer essa filha?

O que vai acontecer com uma de nós que se dedicou uma vida a uma pessoa com deficiência que, ao fazer sua passagem, faz desaparecer o BPC? Quem assegura essa mulher?

A mulher sem previdência serve a qualquer pessoa,

porque ela dependerá da generosidade alheia quando envelhecer. E servir vai ser o seu destino.

Você pode estar achando que estou trazendo aqui uma posição crítica às mulheres que decidiram exercer os papéis sociais esperados e se dedicar ao trabalho do cuidado.

Não estou, não. Eu acredito, no dia 8 de março e em todos os outros dias do ano, na liberdade feminina. Façam como quiserem.

Só estou pedindo que, ao renunciarem ao mercado formal de trabalho, que exijam de quem vai ser responsável pelo seu sustento que garanta a sua contribuição à previdência.

Se essa pessoa achar que isso é exigência demais, repense a rota. Se ele disser que investimentos são muito melhores que **previdência social**, peça que metade das aplicações ou ações sejam em seu nome. Vamos ver até onde esse combinado estica.

Se você deseja uma família tradicional, minha amiga, vá em frente. Mas lembre-se de que nada é mais tradicional que a **previdência social**.

A fonte de renda que vai garantir a sua velhice, mulher, tem que estar sob sua gerência e decisão. Ela não pode depender da concessão alheia. Ainda que seja de uma pessoa que você ama e que hoje te ame também.

Nosso futuro é nosso, e de mais ninguém.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
A quem serve uma mulher sem previdência?

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/8440/05-03-2026.html?all=1>

Em mensagem, Vorcaro diz que Ciro Nogueira é "grande amigo de vida"

CAMILA TURTELLI E LAURIBERTO POMPEU
politica@oglobo.com.br

Mensagens obtidas pelo GLOBO reforçam a relação de amizade entre Daniel Vorcaro e o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e mostram que o banqueiro celebrou uma emenda do parlamentar a um projeto que favorecia o Banco Master. Em conversas privadas de 2024, Vorcaro qualifica Nogueira como "um dos meus grandes amigos de vida". Procurado, o senador não se manifestou.

A emenda parlamentar citada nas conversas foi apresentada por Ciro Nogueira durante a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65 de 2023, que trata da autonomia orçamentária do Banco Central (BC). A sugestão do senador, que não foi contemplada em texto final do Congresso, era para elevar a cobertura do Fundo

Garantidor de Créditos (FGC) de R\$ 250 mil para até R\$ 1 milhão por depositante e também defendia que o fundo deixasse de ter gestão privada.

Hoje esse montante é administrado pelas próprias instituições financeiras e, segundo o texto de Ciro Nogueira, passaria para a alçada do Banco Central. A ideia foi recebida com resistência pelo setor bancário, que avaliou que a mudança poderia elevar custos e alterar o funcionamento do sistema de garantia de depósitos.

"BOMBA ATÔMICA"

Em um dos trechos das mensagens, Vorcaro afirma que a proposta seria "uma bomba atômica" para o setor, ao favorecer bancos de médio porte e reduzir o poder das grandes instituições financeiras.

"Ciro soltou um projeto de lei agora que é uma bomba atômica (para o) mercado financeiro! Ajuda os bancos médios e diminui poder dos grandes! Está todo mundo louco", escreveu.

Nas mensagens, o empresário relata ainda que a repercussão teria sido imediata. "Kkk todo mundo me ligando", disse Vorcaro, acrescentando em seguida: "Sentiram o golpe".

A conversa ocorre em meio a comentários sobre os

possíveis desdobramentos políticos e econômicos da proposta. Em outro trecho, Vorcaro afirma que, se a situação fosse retratada em um filme, teria "tantos desdobramentos loucos". Os diálogos integram um conjunto de mensagens reunidas em documentos analisados pela CPI do **INSS**.

Com a liquidação do banco pelo Banco Central, investidores com aplicações no Master têm direito a ressarcimento pelo FGC até o limite de R\$ 250 mil - os pagamentos totalizam R\$ 41 bilhões (um terço do caixa do FGC, que soma R\$ 120 bilhões).

Para relator de CPI, atuação de banqueiro é de "crime organizado"

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI do Crime Organizado no Senado, afirmou ontem que a nova etapa da Operação Compliance Zero reforça indícios de atuação de crime organizado e justifica o avanço das investigações no Congresso. A nova fase culminou com a prisão do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

- As notícias recentes, com prisão de Vorcaro e parceiros flagrados combinando ações violentas e corrupção de agentes públicos, deixam claro o óbvio: é atuação típica de crime organizado de altíssima periculosidade e pode e deve ser objeto de atuação da CPI no Senado - afirmou.

A nova prisão de Vorcaro, determinada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), surpreendeu integrantes da CPI do Crime Organizado no Senado. Nos bastidores do Congresso, parlamentares afirmam acreditar que a nova prisão pode levar o empresário a negociar um acordo de colaboração premiada.

Vorcaro era aguardado para prestar depoimento na comissão ontem, mas parlamentares afirmaram que já consideravam provável que ele não comparecesse ao colegiado, sobretudo após decisões do STF que tornaram facultativa a presença dele e de outros convocados. O que pegou integrantes da CPI de surpresa foi a decisão judicial que resultou na nova prisão preventiva do banqueiro.

Cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel era esperado na CPI ontem. Ele também foi alvo de mandado de prisão

preventiva no âmbito da operação e se entregou à polícia.

A informação sobre as prisões passou a circular rapidamente entre integrantes da CPI em grupos de WhatsApp e mensagens trocadas entre parlamentares. Nos bastidores da comissão, senadores relataram que a operação da Polícia Federal mudou o clima em torno da investigação. (Luísa Marzullo)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Senado amplia licença-paternidade de 5 para 20 dias

Gabriela Guido, Murillo Camarotto e Jéssica Sant'Ana

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (4) um projeto de lei que estabelece a licença-paternidade e que amplia o tempo de afastamento do trabalho de cinco para 20 dias, com a manutenção integral do salário do empregado. O texto vai agora à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A discussão do tema pelo Legislativo tem como objetivo reverter uma omissão constatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), já que não havia uma lei que prevendo um período de licença para os pais após o nascimento ou a adoção de um filho. Hoje, a regra transitória da Constituição de 1988 define que a licença-paternidade tem duração de cinco dias.

De acordo com determinação da Corte, o Congresso deveria ter votado uma proposta sobre o tema até julho do ano passado, o que não aconteceu. A Câmara dos Deputados só avançou no assunto em novembro, quando aprovou uma matéria, de autoria da ex-senadora Patrícia Saboya (CE), que aumenta o tempo de licença dos pais para além dos cinco dias corridos concedidos hoje.

Na ocasião, os deputados diminuíram o período de licença previsto pelo projeto de 30 para 20 dias. Agora, os senadores decidiram manter o mesmo período.

Essa ampliação da licença-paternidade para 20 dias, com a manutenção do salário do empregado, será feito de forma escalonada ao longo dos primeiros anos de vigência desta matéria. A licença será de dez dias em 2027, de 15 dias em 2028 e de 20 dias a partir de 2029.

Um dispositivo do projeto, entretanto, estabelece que o tempo total de 20 dias só será implementado se o Executivo federal atingir a meta fiscal no terceiro ano de vigência da lei. Se isso não acontecer, o período da licença-paternidade seguirá sendo de 15 dias. É uma forma de mitigar o impacto fiscal, já que a **Previdência Social** compensará as empresas pelo pagamento de salário-paternidade.

O texto também estabelece o acréscimo de um terço do tempo de licença-paternidade para o pai que tenha um filho, biológico ou adotivo, com deficiência, e a proibição de que o pai seja demitido até um mês após

o fim do seu período de licença. A proposta ainda garante o afastamento remunerado do pai durante os casos nos quais o filho recém-nascido ou a mãe sejam internados em decorrência de complicações médicas do parto.

A relatora do projeto na Casa, senadora Ana Paula Lobato (PSBMA), entretanto, retirou do texto a possibilidade de que o pai divida o seu tempo de licença em até dois afastamentos. A pedido do governo, Ana Paula também deixou em aberto a forma de reembolso das micro e pequenas empresas

pelo pagamento do salário-paternidade, permitindo que a Fazenda regule essa questão técnica em um momento posterior. O texto aprovado pelos deputados previa essa compensação no momento do recolhimento de "qualquer tributo federal".

Como o texto começou a tramitar no Senado, essas alterações no conteúdo do projeto não farão ele retornar à análise da Câmara dos Deputados. Logo, ele vai direto para a sanção presidencial.

Nos bastidores, o governo federal trabalhou para que a votação da matéria não acontecesse nesta semana por conta dos gastos que a medida trará para a **Previdência Social**.

A equipe econômica do governo ainda analisará a redação final para calcular o impacto fiscal exato da proposta. Mas a expectativa é que fique um pouco abaixo de R\$ 4 bilhões por ano, considerando o efeito líquido. Não há fonte de compensação prevista

para esses gastos.

A organização Coalizão Licença-Paternidade (CoPai), que articulou pela aprovação do projeto, celebrou o resultado da deliberação do Senado.

"A decisão encerra uma espera de 38 anos pela regulamentação de um direito social previsto desde a Constituição de 1988 e é um primeiro passo fundamental para mudar a cultura do cuidado das crianças, ainda frequentemente atribuído apenas às mães", registrou o grupo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

INSS detecta novo consignado irregular operado por Master, como Credcesta, e vê indícios de fraude (Banco Master)

Vinicius Sassine

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) detectou um produto do Banco Master, na área de créditos e benefícios consignados, que também era ofertado de forma irregular e que estava, até a semana passada, fora do radar das apurações internas tocadas pelo órgão federal.

Há indícios de fraude em contratos do M Fácil Consignado, com nomes duplicados em um mesmo contrato, omissão dos juros cobrados e ausência de assinatura que permitisse uma conferência mínima sobre a validação do benefício consignado.

Segundo o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, o M Fácil é equivalente ao Credcesta, um produto criado em 2018 por Augusto Lima e levado ao Master, onde Lima se tornou sócio de Daniel Vorcaro.

Após expansão junto a **servidores públicos** em estados e municípios, o Credcesta passou a ser ofertado a aposentados e pensionistas do **INSS**.

É um cartão de benefício consignado que tem operação irregular, sem amparo legal e com possibilidade de incidência de juros sobre juros nos contratos firmados, conforme avaliação de Waller Júnior, como a Folha mostrou em reportagem publicada nesta segunda-feira (2).

Os contratos do Credcesta serão cancelados, diante da nebulosidade dos termos e do método de transferência de uma modalidade de crédito a outra, sem clareza sobre juros adotados.

Na semana passada, a partir de uma análise contrato a contrato, o **INSS** detectou que o M Fácil também tinha operação irregular, inclusive com indícios de fraudes, o que deu início a uma apuração, ainda em curso, sobre a extensão da operação do M Fácil junto a clientes do Master.

A detecção foi feita em conjunto com a CGU (Controladoria-Geral da União) e comunicada a outros órgãos de controle.

Em nota, a defesa de Vorcaro afirmou que o Master respeitou as normas e procedimentos do **INSS**.

"O banco sempre atuou em estrita observância às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo **INSS** para a concessão de crédito consignado, incluindo os requisitos de formalização, identificação do contratante e comprovação de consentimento", disse.

O Banco Central, responsável pelo processo de liquidação do Master, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Contratos do M Fácil analisados pelo **INSS** não permitem verificar se a assinatura eletrônica do beneficiário é verdadeira. Também não há dados expressos sobre juros e valores das parcelas.

Os casos devem ser levados à esfera criminal, segundo o órgão, em razão de indícios de fraudes.

"Para o **INSS**, é como se M Fácil Consignado e Credcesta não existissem, porque a gente só autoriza a fazer consignado em contrato específico do segurado com a instituição financeira", disse o presidente da autarquia.

"Quando há a migração de um crédito para o consignado, essa migração já ocorre com várias irregularidades, em que não há autonomia para verificação. Não há como quebrar sigilo bancário, verificar os descontos, se foi atribuído um juro indevido ou não", completa Waller Júnior. "O nosso aposentado fica desesperado por dinheiro, e consegue o que é mais fácil."

Por meio de um acordo de cooperação técnica com o governo federal, entre setembro de 2020 e setembro de 2025, o Master operou em todas as linhas de consignados do **INSS**.

Esse acordo deixou de ser renovado, diante da iminente crise do banco e das suspeitas de fraudes em transações de carteiras, inclusive de consignados. Na prática, representou um descrédito do Master para operação de créditos e benefícios consignados.

No site da instituição, o M Fácil passou a ser divulgado como um empréstimo pessoal -sem a palavra "consignado"- no valor de R\$ 150 a R\$ 1.500. Antes, oferecia benefícios como descontos em farmácias. O Banco Central decretou a liquidação do banco em novembro.

Benefícios consignados como o Credcesta -que é similar ao M Fácil, segundo o **INSS**- foram permitidos a aposentados e pensionistas do **INSS** a partir de uma MP (medida provisória) em 2022, no governo de Jair Bolsonaro (PL).

O Credcesta tinha contrato de exclusividade de 15 anos com o governo da Bahia, na gestão de Rui Costa (PT), que é ministro da Casa Civil da Presidência desde o início do governo Lula (PT). No Master, expandiu-se pelo país, chegando a 24 estados e 176 municípios no final de 2024.

Quando surgiram as denúncias de que havia uma quadrilha simulando consignados no **INSS**, o Master foi uma das primeiras instituições a ter o registro suspenso.

Em 17 de novembro, Daniel Vorcaro e Augusto Lima foram presos pela PF (Polícia Federal) dentro da investigação que apura fraudes na venda de carteiras de crédito para o BRB (Banco de Brasília). A suspeita é de que haviam organizado um esquema para simular a criação de carteiras sem lastro.

O ex-banqueiro voltou a ser preso nesta quarta-feira (3) em nova fase da Operação Compliance Zero que apontou a existência de um suposto grupo em torno de Vorcaro voltado à vigilância e intimidação de desafetos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/03/inss-detecta-novo-consignado-irregular-operado-por-master-como-credcesta-e-ve-indicios-de-fraude.shtml>

Servidores são afastados do BC sob acusação de atuar como "consultores"

THAÍS BARCELLOS, MARIANA MUNIZ, PEPITA ORTEGA, SARAH TEÓFILO, EDUARDO GONÇALVES E FABIO GRANER politica@oglobo.com.br

Além de culminar com a prisão do banqueiro Daniel Vercaro, a terceira fase da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF), levou ao afastamento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central (BC) Paulo Sérgio Neves de Souza e do ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (Desup) do órgão Belline Santana, sob suspeita de corrupção. Segundo a investigação, eles atuavam como "consultores" de Vercaro na instituição em troca de vantagens indevidas. O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ainda que os dois servidores sejam monitorados por tornozeleira eletrônica.

Tanto Santana como Souza já estavam fora de seus cargos desde janeiro. Os dois foram alvos de uma investigação interna para entender o que aconteceu no escândalo do Banco Master. A sindicância fora iniciada a partir de uma decisão do presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, tomada no fim do ano passado, como revelou O GLOBO em janeiro deste ano.

Souza foi diretor de Fiscalização entre 2017 e 2023, durante as gestões de Ilan Goldfajn e Roberto Campos Neto no BC. Ele foi o responsável por autorizar a compra por Daniel Vercaro do Banco Máxima, que passou a se chamar Master em 2018. Mais recentemente, atuava como chefe-adjunto do Desup e era responsável por acompanhar a solidez e a estabilidade do mercado financeiro. Já Belline chegou a ser cotado para substituir Souza na diretoria de Fiscalização e assinou diversos ofícios e despachos do BC enviados ao Ministério Público Federal (MPF) relativos ao Master.

Um desses documentos foi citado pela defesa de Vercaro na argumentação do banqueiro perante a Justiça. Em um ofício enviado ao MPF, Belline relata que uma operação de compra suspeita de carteiras fictícias de crédito pelo Master no fim de 2024 acabou sendo desfeita no início de 2025. Em outro trecho, diz que o BC não identificou indícios de irregularidades em transações de crédito consignado originadas pelo próprio Master.

A decisão de Mendonça aponta que o ex-diretor de Fiscalização do BC e o ex-chefe do Desup atuavam como "consultores" do banqueiro. Segundo a investigação, os servidores afastados davam orientações estratégicas sobre a condução de reuniões institucionais, elaboração de documentos e a abordagem de temas sensíveis perante autoridades regulatórias. Procuradas, suas defesas não quiseram se manifestar.

Além do monitoramento com tornozeleira, a decisão de Mendonça proíbe que os servidores se comuniquem com investigados e testemunhas e deixem os municípios onde residem. Ambos também precisaram entregar os passaportes e não podem entrar no BC e acessar seus sistemas.

GRUPO DE WHATSAPP

Os técnicos do BC faziam parte de um grupo de mensagens com Vercaro, criado para facilitar a comunicação direta entre os envolvidos e permitir a discussão de estratégias relativas a temas de interesse do Banco Master. Segundo Mendonça, Souza chegou a dar sugestões a Vercaro "sobre como deve se comportar em reunião" com o presidente do BC e tornou-se "uma espécie de empregado/consultor" de Vercaro para "assuntos de interesse exclusivamente privado".

A investigação ainda aponta que ele atuava como interlocutor interno dos interesses do Banco Master dentro do Banco Central, buscando influenciar a análise de processos administrativos, fornecer informações sobre procedimentos em curso e indicar estratégias para contornar dificuldades regulatórias enfrentadas pela instituição financeira.

"Em algumas situações, o investigado chegou a alertar previamente o controlador do Banco Master acerca de movimentações financeiras que haviam sido identificadas pelos sistemas de monitoramento da autarquia, permitindo que fossem adotadas medidas para mitigar questionamentos regulatórios", diz a decisão.

Segundo o documento, em uma das mensagens enviadas por Vercaro a Souza, o banqueiro pede que o servidor analise uma minuta de ofício que seria enviada pelo Master ao próprio departamento em que

o técnico era chefe-adjunto. Souza respondeu com sugestões de alteração.

Outra citação da investigação é que o ex-diretor intermediava ou auxiliava em tratativas relacionadas a operações societárias e financeiras de interesse do grupo econômico. Segundo o documento, ele chegou a mencionar potenciais interessados na aquisição de instituição financeira vinculada ao conglomerado e atuando como canal de comunicação informal entre o investigado e possíveis interlocutores do mercado.

Nas trocas de mensagens transcritas nos autos, Vorcaro recebeu do servidor uma imagem contendo a portaria de nomeação para o cargo de chefe-adjunto de Supervisão Bancária no BC. Em seguida, respondeu: "Parabéns".

Além de apontar pagamentos de propina, a investigação aponta "forte indício" de que Vorcaro "corrompia" Souza ao viabilizar benefícios pessoais. A apuração revelou que o banqueiro chegou a acionar uma pessoa específica para prestar serviços de guia em uma viagem do servidor aos parques da Disney em Orlando, nos EUA. Conforme registrado, Vorcaro comentou que precisaria "arrumar guia pra essas pessoas" e, em seguida, acionou pessoa específica para providenciar o serviço.

As mensagens trocadas apontam o mesmo padrão de comportamento de Belline. A investigação aponta que Vorcaro fez transferências financeiras para os dois servidores.

A decisão de Mendonça mostra que o banqueiro coordenou a articulação de mecanismos destinados à formalização de contratos simulados de prestação de serviços, por intermédio de uma empresa de consultoria, utilizados para justificar transferências financeiras efetuadas em favor dos **servidores públicos** do BC, à título de contraprestação pela "assessoria" privada que forneciam.

APURAÇÃO INTERNA

O BC informou ontem que identificou indícios de recebimento de vantagens indevidas durante revisão interna dos processos de fiscalização e liquidação do Master. Segundo o órgão, de imediato, houve afastamento cautelar dos dois técnicos e do acesso às dependências do BC e de seus sistemas. Além disso, houve comunicação de indícios de crime à PF. O BC declarou "convicção" de que o trabalho desenvolvido pela PF "representa um passo essencial para o pleno esclarecimento dos fatos".

Segundo apurou O GLOBO, o órgão vai analisar as novas revelações e definir com a Controladoria-Geral da União (CGU) quais os próximos passos administrativos a serem tomados. A tendência é de abertura de um processo administrativo (PAD), cujo desfecho pode ser a demissão dos servidores em definitivo, entre outras sanções.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Penduricalhos: Fachin cogitou elevar teto do funcionalismo

FABIO GRANER E BRUNA LESSA
economia@oglobo.com.br

Em busca de uma solução para o problema dos penduricalhos salariais, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, cogitou, nos bastidores da discussão, a possibilidade de elevação do teto salarial do funcionalismo público, segundo pessoas com conhecimento do assunto relataram ao GLOBO. O limite para os servidores de todo o país é dado pelo vencimento de um ministro do STF, atualmente de R\$ 46,3 mil. Procurado, o STF não comentou.

Após as decisões de seus colegas sobre os penduricalhos, Fachin chamou representantes do governo e do Congresso para discutir saídas para o problema. Foi nessas primeiras conversas, segundo apurou o colunista do GLOBO Fabio Graner, que a hipótese de elevar o teto foi levantada, embora ele não tenha apresentado uma proposta formal e acabada para isso.

A lógica seria recompor supostas perdas salariais e, com isso, tentar colocar um freio no ímpeto para os dribles ao limite. Porém, nessas discussões, o presidente do STF foi alertado dos riscos de repercussão negativa para a ideia em pleno ano eleitoral.

HAVERÁ SEIS ENCONTROS

Ontem foi realizada a primeira reunião de trabalho da comissão com representantes dos três Poderes, instalada pelo Supremo para discutir possíveis soluções para o pagamento de verbas indenizatórias que fazem a remuneração de **servidores públicos** superar o teto constitucional. O grupo terá prazo para apresentar sugestões técnicas à Corte.

A comissão foi criada por iniciativa de Fachin, em meio ao debate sobre os penduricalhos.

Ao longo de seis reuniões, a comissão terá de elaborar propostas sobre o cumprimento do teto remuneratório e regras de transição relacionadas aos penduricalhos.

"A medida parte do reconhecimento de que a decisão sobre a constitucionalidade do pagamento das verbas acima do teto é de competência exclusiva do STF,

mas o grupo tem como objetivo unir esforços conjuntos entre os três Poderes para a apresentação de uma solução definitiva, que passe tanto pela edição de uma lei nacional, quanto pela manutenção da responsabilidade fiscal", diz nota da Corte.

Na abertura da reunião, o secretário-geral do STF, Roberto Dalledone, afirmou que o tema exige diálogo entre diferentes instituições porque as regras variam entre carreiras e entes federativos. Segundo ele, será necessário levantar dados técnicos e analisar as legislações estaduais que tratam das verbas indenizatórias para embasar uma proposta de encaminhamento.

PREOCUPAÇÃO COM GASTOS

A criação do grupo ocorre após decisões recentes do STF que suspenderam pagamentos classificados como indenizatórios quando não há previsão legal para que fiquem fora do teto salarial. As decisões, tomadas pelos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes, ampliaram o debate sobre os supersalários no serviço público e provocaram reação de categorias afetadas.

A comissão criada pelo STF terá caráter consultivo e deve realizar uma série de reuniões nas próximas semanas para consolidar dados e elaborar propostas. A decisão final sobre o tema continuará sendo tomada pelo plenário da Corte.

O julgamento sobre as decisões que suspenderam os pagamentos acima do teto estava previsto para ocorrer no STF na semana passada, mas foi adiado e deve ser retomado no próximo dia 25.

O teto salarial tem sido constante e fortemente violado por diversas categorias, especialmente do próprio Judiciário, a partir do pagamento de remunerações a título de indenização. O tema ganhou maiores proporções após as decisões suspendendo os pagamentos dessa natureza sem previsão legal tomadas por Dino e Gilmar.

A agenda se tornou uma das prioridades do STF, dividindo o foco de atenção com outros assuntos que estavam tragando a Corte para um noticiário negativo, como o caso do Banco Master e a falta de disposição de parte de seus integrantes para avançar com a proposta de um código de ética para a magistratura.

Além disso, interlocutores ouvidos pelo colunista Fabio Graner apontam que uma alta no limite salarial do setor público implicaria pronto aumento de gastos, porque reduziria o chamado "abateteto", que é o corte imposto para os contracheques acima do limite. O Ministério da Gestão e Inovação (MGI), responsável pela gestão de pessoal do Executivo, é contra a elevação do teto.

Outra ideia que volta e meia aparece nos debates sobre as verbas indenizatórias é a de se definir um subteto, algo que, apesar de uma suposta aparência moralizadora, também pode acabar levando a aumento de pagamentos em áreas onde hoje há maior contenção.

No Executivo, a ideia principal, capitaneada pelo Ministério da Fazenda (que também é contra subir o teto), é a construção de uma lista diminuta de hipóteses de pagamentos de verbas acima do teto, a ser aprovada em uma lei nacional.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Belém discute os desafios da Reforma Tributária

As mudanças previstas pela **reforma tributária** brasileira e seus reflexos no sistema aduaneiro estiveram no centro de um debate realizado ontem (4), em Belém. O encontro reuniu especialistas, representantes da **Receita Federal**, advogados e auditores fiscais para discutir os impactos das novas regras sobre o comércio exterior.

O debate ocorreu durante o workshop "Perspectivas Aduaneiras no âmbito da **Reforma Tributária** e os desafios institucionais no Estado do Pará", realizado no auditório da Superintendência Regional da **Receita Federal** da 2a Região Fiscal. O evento reuniu profissionais da área tributária, do meio jurídico e da administração pública.

A iniciativa foi promovida pela Comissão de Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA), em parceria com o Sindifisco Nacional, sindicato que representa auditores fiscais da **Receita Federal**. Segundo os organizadores, foi a primeira vez que as duas instituições realizaram conjuntamente um evento voltado ao debate técnico sobre os impactos da **reforma tributária** no ambiente aduaneiro.

abertura

O evento contou com a presença de Altair de Fátima Capela Sampaio, superintendente da **Receita Federal** na 2a Região Fiscal; Sávio Barreto, presidente da OAB no Pará; Eli Sosinho, subsecretário de Tributação da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará; José Renato Alves Gomes, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** no Estado; Dão Real, delegado sindical do Sindifisco Nacional; o advogado Murilo, representante jurídico da entidade; e Paulo Ivan Borges, presidente da Comissão de Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro da OAB-PA.

Durante a programação, especialistas discutiram diferentes dimensões da **reforma tributária**, aprovada pelo Congresso Nacional e atualmente em processo de regulamentação. Entre os temas abordados estiveram os possíveis impactos das mudanças no modelo de tributação do consumo sobre as rotinas administrativas e os procedimentos ligados às operações de importação e exportação.

Um dos painéis contou com a participação do audi-tor-

fiscal da **Receita Federal** Fernando Mombelli, que apresentou uma análise sobre como a nova estrutura tributária poderá influenciar o funcionamento do sistema aduaneiro brasileiro.

Outro debate abordou a perspectiva estadual diante das mudanças no sistema tributário. O subsecretário de Tributação da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará, Eli Sosinho, apresentou a visão da administração estadual sobre os desafios de adaptação ao novo arranjo federativo previsto pela reforma.

O professor Marcos Vala-dão, especialista em direito tributário, também participou da programação e analisou os reflexos das mudanças no equilíbrio federativo e no ambiente regulatório relacionado ao comércio exterior.

No painel final, representantes da **Receita Federal** e da advocacia discutiram os desafios institucionais decorrentes das alterações normativas. O auditor-fiscal Dão Real e a advogada Erika abordaram temas como fiscalização, segurança jurídica e o papel dos operadores do direito diante do novo cenário tributário.

estratégia

Para os organizadores, a realização do evento em Belém tem relevância estratégica diante da crescente importância da região Norte nas cadeias de exportação do país. O Pará abriga importantes corredores logísticos e portuários voltados ao escoamento de commodities minerais e agrícolas.

Segundo o presidente da Comissão de Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro da OAB-PA, Paulo Ivan Borges, o encontro também representou uma oportunidade de aproximação entre instituições que atuam diretamente na aplicação e interpretação das normas tributárias.

"A **reforma tributária** representa uma transformação profunda no sistema fiscal brasileiro. Discutir seus reflexos no direito aduaneiro e no comércio exterior é fundamental, especialmente em uma região que vem ganhando protagonismo logístico e econômico", afirmou.

Após o encerramento das atividades técnicas, os

participantes participaram de um momento de
confraternização com um coquetel institucional.

STF derruba adicional de ICMS sobre serviços de telecomunicações e energia elétrica

Beatriz Olivon

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou leis estaduais que estabelecem adicional de ICMS sobre telecomunicações e energia elétrica. Para os ministros, a cobrança perdeu a validade em meados de 2022, com a edição da Lei Complementar (LC) nº 194, que reconheceu o caráter essencial desses serviços. Pela Constituição Federal, o adicional, destinado a fundos de combate à pobreza, só pode ser exigido sobre produtos e serviços considerados supérfluos.

Os ministros, porém, decidiram modular os efeitos da decisão, dada no julgamento de três ações contra normas da Paraíba (ADI 7716) e do Rio de Janeiro (ADI 7077 e ADI 7634). No caso do Rio de Janeiro, com adicional de 4%, foi dado um prazo extra de validade para a lei. Continua vigente até o fim deste ano. Sobre o caso da Paraíba, segundo especialistas que acompanharam o julgamento, não ficou claro se houve modulação.

As normas se basearam no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, que autoriza a criação de adicional de imposto sobre supérfluos. Na época, ainda não havia lei federal que definisse o que era supérfluo.

"Esse processo define o destino do Estado do Rio de Janeiro", afirmou a procuradora do Estado, Patrícia Perrone Campos Mello, em sustentação oral. A lei orçamentária, acrescentou, não contempla essa perda de arrecadação, que seria de mais de R\$ 100 bilhões.

O valor, segundo ela, inclui o impacto com a **reforma tributária**, de R\$ 96 bilhões, já que o cálculo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) levará em consideração a arrecadação de ICMS entre os anos de 2019 e 2026, além da possibilidade de devolver ao menos R\$ 4,5 bilhões já arrecadados e perda anual de R\$ 600 milhões a R\$ 1,5 bilhão.

A ação contra a norma do Rio de Janeiro foi proposta pela Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel) e pela Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado

(Abrafix). Na sessão, o advogado Orlando Magalhães Maia Neto, representante das entidades, afirmou que o Estado do Rio de Janeiro foi além, com adicional acima de 2%.

O julgamento foi retomado com o voto do ministro Luiz Fux. No voto, ele considerou que a Lei Complementar nº 194, de 2022, passou a classificar os serviços de telecomunicações como essenciais, o que colocaria em conflito a cobrança de alíquota mais elevada.

Ainda segundo Fux, diferente de outros Estados que só tinham leis anteriores, o Rio de Janeiro editou nova norma sobre o adicional depois da lei complementar. Mas, no voto, Fux sugeriu que a LC 194 não tenha efeito retroativo, tendo em vista o grande prejuízo para o Estado.

Relator de outra ação, o ministro Flávio Dino ponderou que se uma mansão de praia ou montanha é supérflua, assim é com relação a todos os acessórios, como a

energia elétrica. "Se estivesse no Congresso Nacional quando houve esse debate, teria votado dessa forma", afirmou ele, acrescentando que não é verdade absoluta que a energia elétrica ou as telecomunicações são sempre essenciais.

Mas Dino ressaltou seu ponto de vista pessoal e acompanhou o voto de Fux, lembrando que havia sido formada maioria em julgamento virtual sobre o tema, que acabou sendo suspenso. "Se o tribunal e a legislação resolveram de modo uniforme e homogêneo dizer que energia elétrica e telecomunicações sempre são essenciais, não é possível para um julgador dizer que para alguns é essencial e

para outros supérfluo."

No caso do Rio de Janeiro, Dino votou pela modulação, considerando precedentes da 1ª Turma do STF. Acompanhando Fux, o ministro considera que os adicionais não podem ser recriados e, no caso do Rio de Janeiro, a modulação foi proposta para 1º de janeiro de 2027.

Relator da ação que questionava a regra da Paraíba, o ministro Dias Toffoli já havia votado para negar os pedidos. No voto, apontou que, quando foram editadas, as leis eram constitucionais, mas a situação mudou em 2022, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 194. As regras da Paraíba perderam eficácia nesse momento, segundo ele. O entendimento mantém a validade da cobrança no período anterior.

A decisão foi unânime. O ministro Gilmar Mendes aproveitou seu voto para destacar que alguns governadores vivem à base de liminares concedidas pelo Poder Judiciário, porque não conseguem resolver algumas questões pelo meio político. "Não venham aqui, não nos ameacem, não nos façam esse tipo de ataques, porque eles são injustos e nós não os toleraremos", afirmou ele, em referência a constantes pedidos feitos pelos Estados sobre diferentes temas.

Segundo Leandro Lucon, sócio do Finocchio Ustra Advogados, pela decisão do Tribunal, o adicional destinado aos fundos sociais deve respeitar as normas gerais do imposto e, portanto, não pode incidir sobre serviços que a própria legislação passou a tratar como essenciais. "A decisão reforça a coerência do sistema tributário ao impedir que energia e telecom sejam tributadas como se fossem bens supérfluos", disse. Para o advogado, chamou a atenção a modulação no caso do Rio de Janeiro.

No mesmo sentido, de acordo com Sandro Machado, sócio do Bichara Advogados, a despeito de ser uma decisão relevante sobre o tema, a modulação é preocupante. "Sempre preocupante que tais modulações possam significar um estímulo à prática da chamada inconstitucionalidade útil, em que os entes federados, mesmo cientes da fragilidade jurídica de tais normas tributárias, apostem que, ao final, a Suprema Corte vá garantir a manutenção dos recursos gerados até então."

Para Flávio Molinari, sócio da área tributária do Collavini Borges Molinari Advogados, apesar da declaração de inconstitucionalidade, a modulação de efeitos cria a estranha situação de que uma norma declarada inconstitucional continua, contraditoriamente, "constitucional" em termos de produção de efeitos.

"Quanto maior for o rombo fiscal, mais "constitucional" uma norma será, já que o Poder Judiciário permitirá a sua produção de efeitos mesmo após a declaração de inconstitucionalidade, para não prejudicar os cofres públicos", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Petrobras deve reverter perdas no 4 tri, indicam analistas

Kariny Leal

Os resultados da Petrobras do quarto trimestre de 2025 devem trazer números melhores do que os registrados em igual período de 2024, segundo levantamento do Valor com base em análises de cinco bancos. Apesar da queda de 14,8% na média do petróleo Brent no período, a alta das exportações da companhia deve impulsionar os números da petroleira. A Petrobras divulga o resultado financeiro nesta quinta-feira (5), após o fechamento dos mercados.

Analistas esperam ainda que a companhia anuncie dividendos. As expectativas variam de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,3 bilhão em remuneração aos acionistas.

A estatal deve ter um lucro líquido de cerca de R\$ 17,5 bilhões no quarto trimestre, revertendo o prejuízo de R\$ 17,04 bilhões em igual período de 2024, segundo as projeções. Naquela ocasião, a Petrobras informou que o resultado negativo refletia a desvalorização cambial, maiores provisões, sem efeito caixa, e despesas operacionais.

As estimativas são calculadas baseadas em projeções de Citi, UBS BB, Itaú BBA, Ativa Investimentos e BTG Pactual.

Na teleconferência de resultados, marcada para sexta-feira (6), há a expectativa de que a diretoria da companhia dê mais detalhes sobre os impactos da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã sobre a petroleira. O cenário de incertezas e de alta do petróleo pode trazer benefícios para a Petrobras sob o ponto de vista da exportação da commodity, mas tende a pressionar os preços de derivados, na visão de especialistas.

Analistas já apontam algumas expectativas para o primeiro trimestre de 2026 em relatórios. Para Gabriel Barra, do Citi, a entrada de fluxo estrangeiro no Brasil e o aumento do petróleo no primeiro trimestre devem beneficiar a Petrobras, apesar do risco eleitoral brasileiro. Por outro lado, o Santander espera perspectivas financeiras mais apertadas no período, devido ao alto ciclo de investimentos da Petrobras e ao "descompasso" entre dividendos e geração de fluxo de caixa livre. "Isso, combinado com possíveis atividades de fusões e aquisições, pode exercer pressão adicional sobre os dividendos."

A receita da petroleira no quarto trimestre deve crescer 4,3%, para cerca de R\$ 126,5 bilhões. O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, em inglês), deve chegar aos R\$ 59,5 bilhões, alta de 45,5%.

No quarto trimestre, a produção de petróleo, gás natural e líquido de gás natural (LGN) da Petrobras foi de 3,081 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), alta anual de 18,6%. A exportação de petróleo foi recorde no período, com 999 mil barris por dia embarcados, aumento de 96,7%. Segundo a companhia, o crescimento se deu por conta da maior produção, menor processamento das refinarias e da menor venda de óleo no mercado interno.

Para analistas, alguns fatores devem pesar nos resultados da Petrobras no período de outubro a dezembro de 2025, como pagamento de US\$ 1,3 bilhão pelo leilão do pré-sal e o desembolso de US\$ 285 milhões referente ao campo de Jubarte, disse o Itaú BBA.

Para os resultados do ano de 2025, a expectativa, com base em três bancos, é de aumento de 211,5% no lucro líquido, para R\$ 114 bilhões, uma vez que o resultado de 2024 havia sido afetado pelo prejuízo do quarto trimestre. Na receita, a expectativa é que a Petrobras registre cerca de R\$ 493,4 bilhões, aumento anual de 0,5%. O Ebitda ajustado deve ficar em R\$ 235,7 bilhões, alta de 9,9% em relação a 2024.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Crise deve pesar no bolso do brasileiro

RAFAELA GONÇALVES

O conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã já eleva o preço do petróleo e pode refletir nos custos ao consumidor no Brasil ainda em março, segundo especialistas. O sinal de alerta acompanha a divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025, que cresceu 2,3%, mostrando desaceleração em relação aos anos anteriores.

Segundo o economista Rodolpho Tobler, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) e do Movimento Brasil Competitivo (MBC), o principal risco imediato é a alta no preço do petróleo, motivada por possíveis restrições no fluxo pelo Estreito de Ormuz, rota estratégica para o abastecimento global.

O Irã afirma que a área está sob seu total controle, enquanto os Estados Unidos garantem que o estreito não está fechado. "Se de fato a gente começar a ter esse fechamento do escoamento de petróleo, isso pode chegar em dias aqui. Eu diria que ainda no mês de março a gente pode sentir, especialmente se o barril começar a se aproximar de US\$ 120", afirma.

O economista explica que o efeito ocorre em cadeia. "O preço do petróleo sobe, o preço do combustível sobe e isso pode se espalhar para a economia do Brasil", destaca, ao afirmar que o impacto vai além da gasolina.

A alta do diesel encarece o transporte rodoviário, principal modal logístico do país, pressionando alimentos, produtos industrializados, compras on-line e insumos agrícolas.

"É o frete que fica mais caro.

E qualquer bem que necessite de transporte acaba ficando mais caro.

A gente está falando de alimentação, escoamento de safra, produtos do dia a dia", acrescentou Tobler.

Embora o Brasil seja uma economia relativamente menos integrada ao comércio internacional do que países desenvolvidos, isso não significa blindagem. "Como o Brasil também é uma economia mais fechada, a gente não tem impacto tão rápido no primeiro momento.

Mas se o conflito persistir e o preço do petróleo

continuar subindo, isso acaba chegando aqui", explicou o economista.

Custo logístico

O impacto externo se soma a uma base já onerosa. Segundo o estudo Custo Brasil, elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo em parceria com o Governo Federal e com apoio técnico da FGV, os entraves estruturais chegam ao valor de R\$ 1,7 trilhão por ano.

Entre os principais componentes desse custo estão o custo logístico adicional, de R\$ 226,4 bilhões anuais, o custo extra de financiamento, de R\$ 113,8 bilhões, o risco-país, de R\$ 128,4 bilhões, e também a complexidade tributária, de R\$ 67,2 bilhões. "A gente já tem um custo logístico muito alto.

Então qualquer aumento adicional acaba sendo um fator negativo pra gente", avaliou Tobler.

O economista pondera que o conflito ocorre em um momento em que havia expectativa de redução gradual da taxa de juros ao longo do ano. "A gente estava num momento em que tinha expectativa de reduzir juros e melhorar o ambiente de negócio. Com toda essa turbulência global, é possível que o Banco Central fique um pouco mais cauteloso." Caso a **inflação** volte a pressionar, a queda dos juros pode ser adiada. "Se a gente continuar tendo juros mais altos por mais tempo, isso acaba sendo um freio para a economia", alertou.

Ritmo de crescimento

O **PIB** brasileiro cresceu 2,3% em 2025, segundo o IBGE. Para 2026, a expectativa era de crescimento próximo de 2%. A combinação de petróleo elevado, dólar mais forte e juros altos pode reduzir esse ritmo.

"Se vier um dólar mais forte, juros mais altos por mais tempo e **inflação** incomodando, isso acaba tendo um efeito negativo pro **PIB** do país", explicou Tobler.

O especialista em direito tributário e diretor da Mix Fiscal, Fabrício Tonegutti, afirma que ainda é possível que este cenário melhore.

"Tudo depende da evolução do conflito. Se a tensão diminuir, o preço do petróleo pode recuar.

Mas se o risco continuar nessa região estratégica,

alguns analistas já falam na possibilidade de o barril chegar perto de 100 dólares." "O Oriente Médio pode parecer distante no mapa, mas quando a crise envolve petróleo, ela acaba chegando aqui na forma de combustível mais caro, frete mais caro e pressão nos preços do dia a dia", destaca Tonegutti.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/impressa/8440/05-03-2026.html?all=1>

Mercado reage à pressão da guerra

PEDRO JOSÉ* *Estagiário sob a supervisão de Edla Lula*

O dólar comercial voltou a cair, ontem, em relação ao real, um dia após interromper o ciclo de baixa.

No fechamento do câmbio, a moeda norte-americana era negociada a R\$ 5,218 para venda, com recuo de 0,89% em relação ao pregão anterior.

O Ibovespa, por sua vez, avançava 1,23%, aos 185.366 pontos, no fechamento do pregão, após ter fechado a sessão anterior com queda de 3,28%, aos 183.104,87 pontos.

Segundo Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad, o pregão foi de ajuste após a volatilidade anterior. "O dia foi marcado por um movimento de acomodação nos mercados após o estresse observado no pregão anterior. A estabilização dos preços do petróleo, depois da forte alta provocada pela escalada das tensões no Oriente Médio, ajudou a aliviar parte da pressão sobre o dólar", afirmou.

"Investidores passaram a devolver prêmios incorporados na divisa americana em um dia típico de ajuste técnico após movimentos de alta recente. O dólar também perdeu força frente a pares relevantes e moedas emergentes ligadas a commodities", disse.

Shahini acrescentou que fatores geopolíticos influenciaram o movimento.

"A percepção de que os EUA podem garantir o fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz contribuiu para reduzir parcialmente o prêmio de risco geopolítico, diminuindo a demanda defensiva pela moeda americana", declarou.

Sobre o mercado acionário, o economista aposentado do Banco Central Newton Marques destacou a influência do câmbio. "O Ibovespa tem oscilado por conta até mesmo da volatilidade do câmbio. Os investidores estrangeiros ajudam bastante nessa oscilação. É uma gangorra.

Sobe bolsa, cai o dólar. Cai a bolsa, sobe o dólar", afirmou.

Marques também apontou o impacto do cenário externo sobre a política monetária nacional. "A decisão do Copom é um mistério.

Espera-se que reduza a taxa Selic porque a inflação

dá sinais de controle, mas com essa guerra temos outras variáveis a considerar.

Essa guerra é de curta ou longa duração?", questionou.

O professor de economia internacional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Masimo Della Justina, avaliou que o conflito pode se prolongar.

"Tecnicamente deveria ter ocorrido a queda do regime nos três primeiros dias da invasão; possivelmente a guerra se aprofunda, se alastra e se torna mais complexa", afirmou.

Ele mencionou tensões regionais dentro do país. "A região de Kurasao, no leste, e dos curdos, mais ao oeste, não são muito favoráveis ao atual regime e poderiam ser armadas pelos invasores para instigar uma guerra civil. Contudo, há que se ver a resiliência militar que o regime ainda tem", disse.

No mercado internacional de commodities, o petróleo registrou pouca variação, mesmo após novos ataques promovidos por Estados Unidos e Israel contra o Irã. A escalada do conflito interrompeu pelo quinto dia seguido o tráfego marítimo no Estreito de Ormuz, rota estratégica para o escoamento de petróleo e gás no Oriente Médio.

O contrato do Brent apresentou ligeira queda de 0,62%, cotado a US\$ 82,57 por barril. O equilíbrio dos preços ocorreu após o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmar que vai garantir segurança financeira de todo o comércio marítimo, incluindo petroleiros, que passem pelo Golfo.

Para o Della Justina, a estabilização do petróleo depende do controle sobre o Estreito de Ormuz.

"Neutralizando as ações iranianas no Estreito de Ormuz, e mesmo com uma guerra civil, o preço do petróleo se estabilizaria, para alta menor que US\$ 100,00, no médio prazo", afirmou.

Segundo ele, o comportamento do dólar e das bolsas seguirá o mercado de energia. "O dólar e o índice das Bolsas de Valores devem seguir as expectativas da cotação do petróleo, como também os efeitos sobre a economia internacional e a credibilidade dos títulos públicos dos EUA", disse.

Ele acrescentou que o Brasil pode ser impactado por

mudanças no fluxo comercial. "Se a China ampliar a importação de petróleo do Brasil para compensar o estrangulamento do fluxo no Estreito de Ormuz, o Ibovespa pode se beneficiar", concluiu

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/8440/05-03-2026.html?all=1>

Senado ratifica acordo

ROSANA HESSEL E FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Senado Federal aprovou, ontem, por unanimidade, o acordo provisório de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), o PDL 41/2026, e, com isso, o Brasil ratificou o tratado que vem sendo negociado com os europeus desde 1999 e foi formalizado, no Paraguai, em janeiro.

O Brasil é o terceiro país sul-americano a formalizar o acordo provisório que prevê a redução de tarifas para 91% dos produtos importados pelo Mercosul e 95% dos produtos importados pela UE.

O PDL 41/2026 ainda precisa ser promulgado pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). "Todos nós vamos guardar na nossa memória o dia de hoje, porque não é à toa que este acordo é sonhado há quase três décadas. O Parlamento brasileiro demonstra mais uma vez a maturidade institucional que nós temos, porque cada movimento como este é a constatação de que o Parlamento brasileiro está ao lado dos grandes temas de interesse da sociedade", declarou Alcolumbre após a aprovação do projeto, acrescentando que a matéria uniu todos os parlamentares e foi um "um encontro de ideias em favor do Brasil".

A expectativa dos senadores é de que ele entre em vigor a partir de 1º de maio. Para a relatora da proposta, senadora Tereza Cristina (PP-MS), o acordo envolveu concessões dos dois blocos, e, apesar de não ser perfeito, é necessário e benéfico para o Brasil, além de ser capaz de gerar benefícios concretos à população.

Conforme dados do governo brasileiro, Mercosul e UE reúnem, juntos, aproximadamente 718 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22,4 trilhões. O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e, em 2025, as trocas comerciais somaram US\$ 100 bilhões (R\$ 521 bilhões), com um superavit para o lado europeu de US\$ 522,8 milhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Após a aprovação do acordo, a senadora Tereza Cristina destacou que as negociações para esse acordo demoraram quase três décadas e, durante as conversas houve "muitos ajustes", sem falar que a questão agrícola sempre foi um dos motivos de

divergências para a conclusão do acordo. "Temos as salvaguardas (da União Europeia) que causaram um pouco de insegurança, mas fizemos também as salvaguardas bilaterais e estamos prontos para acessar esse grande mercado de mais de 700 milhões de pessoas. Será um acordo exitoso para o Brasil e temos que nos adaptar para esse novo comércio bilateral entre os blocos", disse a senadora e ex-ministra da Agricultura, ao lado dos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Humberto Costa (PT-PE). Ambos comemoraram o acordo e destacaram que ele será benéfico ao Brasil.

Trad, que preside a Comissão de Relações Exteriores do Senado, informou que será criado pelo colegiado um Grupo de Trabalho (GT) com técnicos legislativos e assessores com expertise na área do agronegócio e da indústria para acompanhar a implementação do acordo de livre-comércio. "Setores que se sentirem prejudicados vão poder mitigar as dificuldades no transcorrer da implementação deste acordo. Vamos dar a oportunidade para os setores envolvidos com essa composição do acordo para não se sentirem abandonados.

Teremos uma assessoria pronta para dar toda a orientação necessária", afirmou. Segundo ele, o Mdic dará apoio fornecendo técnicos da pasta para dar as "condições de conhecimento para a o transcorrer da implementação do acordo".

Salvaguardas

Em paralelo à votação do acordo no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de regulamentação de salvaguardas do acordo bilateral entre Mercosul e UE. O objetivo das salvaguardas, de acordo com a publicação em edição extra do Diário Oficial da União, será proteger a indústria doméstica. Essa proteção ocorre pelo fato de trechos do tratado entre os blocos preverem a eliminação gradual de tarifas de importação de produtos da UE. Entre as medidas de proteção, estão a possibilidade de alterar o cronograma de redução tarifária, além do estabelecimento da quantidade de produtos que podem - ou não - entrar no Brasil sob uma determinada tarifa acordada entre os blocos. Segundo o decreto, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) será o órgão responsável por apurar as medidas de salvaguardas à produção nacional. Já a Câmara de Comércio Exterior ficará com a função da decisão final sobre de que forma o Brasil executará a proteção à indústria nacional.

"Observados os termos do acordo comercial pertinente, as medidas de salvaguardas bilaterais poderão ser prorrogadas, desde que continuem necessárias para prevenir ou para reparar prejuízo grave", informou um trecho do decreto.

Ao comentar sobre o decreto de salvaguardas assinado por Lula, o senador Humberto Costa, por sua vez, reforçou que o acordo de livre- comércio entre UE e Mercosul garante muitas vantagens para o Brasil e os demais países do bloco sul-americano. "O acordo foi feito de maneira racional para preservar todos os setores da economia, pois a transição pode chegar até a 30 anos. O que permite que nosso país crie condições para a indústria nacional poder concorrer com os produtos europeus", disse.

Nesse sentido, Costa destacou que, com o decreto de salvaguardas garante que, se houver qualquer desequilíbrio, seja na invasão de produtos europeus, seja de preços que prejudique a economia nacional, o país terá condição de estabelecer tarifas que deem esse equilíbrio.

Além disso, as compras governamentais de produtos na área da saúde também ficarão restritas à produção nacional, para garantir os investimentos no Complexo Econômico e Social da Saúde. "Isso é um estímulo para que nós possamos desenvolver esse segmento tão importante", acrescentou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/8440/05-03-2026.html?all=1>

Senado aprova acordo comercial Mercosul-UE

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE), concluindo a etapa de ratificação do tratado pelo Congresso brasileiro. O texto será promulgado na Casa em uma sessão solene prevista para a semana que vem. Com a entrada em vigor, esperada para maio deste ano, o acordo criará a maior zona de livre comércio do mundo. Juntos, os dois blocos reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e têm um Produto Interno Bruto (**PIB**) combinado de US\$ 22 trilhões.

- Trata-se de acordo singular, não apenas pelo seu alcance, ao instituir a zona de livre comércio e disciplinar praticamente todas as dimensões da realidade econômica e comercial das sociedades envolvidas, mas por simbolizar o encerramento de um ciclo histórico e a transição para uma nova dinâmica internacional - afirmou a relatora da matéria, senadora Tereza Cristina (PP-MS).

SÓ FALTA O PARAGUAI

Assinado em janeiro deste ano, após 27 anos de negociações, o acordo prevê a redução gradual de tarifas de importação sobre produtos industriais e agropecuários, de acordo com cronogramas definidos pelos dois blocos. O texto também estabelece regras para áreas como investimentos, serviços, compras públicas, propriedade intelectual e mecanismos de solução de controvérsias comerciais.

Simulações realizadas pelo governo indicam impacto positivo de 0,34% sobre o **PIB** brasileiro (R\$ 37 bilhões) até 2044, aumento de 0,76% nos investimentos (R\$ 13,6 bilhões), redução de 0,56% nos preços ao consumidor e alta de 0,42% nos salários reais. As exportações totais devem crescer 2,65% (R\$ 52,1 bilhões), e as importações, 2,46% (R\$ 42,1 bilhões).

Entre os países do Mercosul, Brasil, Argentina e Uruguai já ratificaram o acordo. O Senado do Paraguai aprovou ontem o texto por unanimidade, e agora só o país depende do aval dos deputados.

Do lado europeu, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, indicou disposição de acionar o mecanismo de vigência provisória do acordo -

possibilidade já prevista no texto e autorizada pelo Conselho Europeu. A medida permitiria a entrada em vigor imediata da parte comercial do acordo antes da manifestação final do Parlamento Europeu, que ainda deverá avaliar o mérito do tratado após posicionamento do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre sua compatibilidade com as regras comunitárias.

SALVAGUARDAS

O presidente Lula assinou ontem decreto que regulamenta a investigação e a aplicação de salvaguardas previstas em acordos de livre comércio ou que incluam preferências tarifárias. O texto estabelece os procedimentos quando houver aumento das importações de determinado produto em condições preferenciais, por causa de acordos comerciais, capaz de causar prejuízo grave à indústria nacional.

O decreto prevê que as investigações poderão ser iniciadas a pedido da indústria doméstica, por meio de petição formal, ou de ofício pelo governo. A decisão caberá à Câmara de Comércio Exterior (Camex), com base em parecer técnico do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Confirmada a necessidade de salvaguardas, poderão ser adotadas medidas provisórias ou definitivas, como a suspensão do cronograma de diminuição de tarifas estabelecido no acordo comercial, a redução das preferências tarifárias concedidas e o estabelecimento de cotas tarifárias e restrições quantitativas às importações.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Petróleo volta a subir; Ibovespa avança, e dólar cai

ROBERTO MALFACINI JR.
roberto.junior@oglobo.com.br

O preço do petróleo aumentou ontem pelo terceiro dia seguido, refletindo os impactos da guerra no Oriente Médio. O barril do tipo Brent subiu 1,4%, a US\$ 82,58, uma alta mais suave que a dos últimos dias, mas a cotação acumula valorização de 13,9% em relação ao fechamento de sexta-feira, véspera do início do conflito. Nos mercados financeiros, o dia foi de correção das fortes oscilações da véspera. As Bolsas fecharam em alta em Nova York, na Europa e no Brasil, e o dólar caiu.

O Ibovespa avançou 1,24%, aos 185.366 pontos, sustentado pelo alívio externo. O movimento foi reforçado por ações de bancos. Na terça-feira, o Banco Central (BC) permitiu que as instituições financeiras usem recursos dos depósitos compulsórios para recompor o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que teve boa parte de seus recursos usados para cobrir a crise do Master: Itaú subiu 1,42%, BTG, 4,14%, e Santander, 2,20%.

JUROS FUTUROS RECUAM

Os juros futuros caíram com o apoio do alívio do prêmio de risco global após dois dias de forte tensão. O contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 cedeu de 13,44% para 13,41%. O DI de janeiro de 2029 recuou de 12,93% para 12,86%.

Para Nicolas Gass, estrategista e sócio da GT Capital, enquanto a guerra permanecer no radar, outros fatores têm impacto limitado:

-Hoje, por exemplo, a prisão de Daniel Vorcaro poderia ter efeitos políticos relevantes, mas não chegou a fazer preço; o mercado continua mais focado no cenário externo do que no local.

Em Nova York, o Dow Jones subiu 0,49%, o S P 500 avançou 0,78%, e o Nasdaq ganhou 1,29%. Dados divulgados ontem mostraram que a atividade do setor de serviços dos Estados Unidos em fevereiro atingiu o maior nível em mais de três anos e reforçou expectativas de aceleração do crescimento econômico neste trimestre, embora a guerra no Oriente Médio represente um risco.

Na Europa, as principais Bolsas subiram acima de 1%.

- Foi um movimento predominantemente técnico. Após um dia de estresse intenso, é natural algum alívio. As declarações de Trump ontem de que os EUA manterão o Estreito de Ormuz aberto também ajudaram a reduzir a pressão sobre o petróleo - explica Helena Veronese, economista-chefe da B.Side.

O cenário nos EUA oferece um alívio parcial para a Ásia, mesmo com investidores monitorando o impacto da guerra no Irã sobre crescimento e **inflação**, disse Charles Lemonides, da ValueWorks, à Bloomberg.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O estouro da guerra e a escalada das incertezas (Artigo)

Assis Moreira Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente E-mail assis.moreira@valor.com.br

Organizações internacionais previam uma desaceleração do comércio global em 2026, ainda por causa da elevação de tarifas, efeito de mudanças de políticas comerciais e do acúmulo de riscos geopolíticos. Mas havia um ligeiro otimismo - até que estourou, no sábado, uma nova guerra.

Em 2025, o comércio mundial cresceu 4,4% em volume, segundo cálculos do Escritório de Análise de Política Econômica (CPB). Em valor, os fluxos comerciais internacionais superaram US\$ 35 trilhões, ou US\$ 2,2 trilhões a mais do que no ano anterior, conforme a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

Para 2026, o consenso era de que essas cifras deveriam ser mais moderadas. Em outubro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) projetou crescimento de apenas 0,4% no comércio para este ano.

Agora, com o bombardeio dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã e a retaliação iraniana no Oriente Médio, todas as previsões estão sendo revistas. O cenário mudou bastante. Os riscos de um novo choque forte na economia internacional são elevados.

Essa nova guerra já começa a ter impacto no comércio internacional, constata a diretora da divisão de Comércio Internacional e Commodities da Unctad, Luz Maria de la Mora.

Ela observa que o transporte marítimo, responsável por 80% das trocas globais, já enfrenta custos adicionais. Os produtos mais comercializados pelo estreito de Hormuz são petróleo e gás natural. Ainda não se sabe como a situação nessa área vital para o comércio global de energia será resolvida, e o conflito pode elevar a inflação.

As novas incertezas influenciam o comércio, as decisões de investimento e as cadeias de valor. Afetam a capacidade de países, empresas e consumidores definirem o rumo de suas ações.

Para Luz Maria de la Mora, que foi vice-ministra de

Comércio do México quando Donald Trump exerceu seu primeiro mandato na Casa Branca, a situação pode ser semelhante a outros choques recentes. Ela lembra o forte impacto inflacionário durante a pandemia da covid-19, e, na invasão da Ucrânia pela Rússia, sérias perturbações no transporte de grãos e fertilizantes, alta de preços e efeitos negativos nas economias dependentes desses produtos.

Quanto mais rápido o conflito entre EUA, Israel e Irã for resolvido, menor será o efeito sobre a economia mundial. Quanto mais prolongado, maior o estrago. Em todo o caso, mesmo para países exportadores de petróleo e gás natural, a situação exige cautela. Eles podem se beneficiar dos preços mais altos, enquanto o impacto é forte sobre as finanças públicas e privadas de países importadores. Mas tampouco os exportadores de petróleo e gás estão isentos dos efeitos dos preços internacionais mais altos de produtos que utilizam essas commodities.

É difícil ignorar que hoje o comércio é tanto uma questão de segurança quanto uma questão econômica. E países se preparam para a fragmentação geoeconômica. Isso inclui acelerar a diversificação - tanto para vender a outros mercados quanto para ampliar cadeias de abastecimento.

A interdependência econômica aprofundou-se substancialmente nas últimas décadas, criando redes complexas de fluxos comerciais transfronteiriços. Mas o que antes era visto como fonte de estabilidade tornou-se fonte de vulnerabilidade, também pela instrumentalização deliberada das dependências, como destacou recentemente a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde.

A importância do acordo comercial União Europeia-Mercosul e de sua entrada imediata em vigor está ainda mais clara nesse cenário. O BCE fez um estudo sobre produtos difíceis de diversificar e substituir. E concluiu que uma queda abrupta de 50% no abastecimento proveniente de fornecedores geopoliticamente distantes reduziria o valor agregado da indústria transformadora europeia em 2% a 3%, com impacto concentrado nos setores de equipamentos elétricos, produtos químicos e eletrônicos.

Ou seja, é mais do que nunca necessário contar com

parceiros confiáveis. Mesmo se dentro de alianças ainda há riscos. Parceiros confiáveis nem sempre permanecem assim, lembra Lagarde, sem mencionar os EUA.

À medida que as principais economias diversificam suas parcerias comerciais, emergem os chamados países conectores - economias com fortes laços comerciais e de investimento com Estados Unidos, China e União Europeia -, ganhando importância na facilitação de fluxos comerciais indiretos entre os três blocos.

Índia, Tailândia, Vietnã, Malásia, Marrocos e México estão entre os que mais se beneficiam das tentativas da UE e dos EUA para diversificar relações comerciais e reduzir a dependência da China, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A localização estratégica e os custos de produção competitivos permitem que esses países aproveitem as novas prioridades de empresas estrangeiras.

A reconfiguração das cadeias de abastecimento se reflete assim na mudança dos padrões de investimento estrangeiro direto (IED). O Vietnã emergiu como novo centro para fabricantes de chips dos EUA; o México e a Indonésia participam de parcerias criadas pela Lei Chips e Ciência dos EUA de 2022; e o Marrocos atrai mais empresas com seu acesso preferencial aos EUA, à União Europeia e a países do Golfo.

O Brasil deve levar tudo isso em conta na diversificação e promoção de suas exportações.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Nível de ociosidade da economia condiciona efeito do gasto público

Giordanna Neves

Em uma fase em que a expansão dos gastos públicos volta a ganhar peso na economia brasileira, estudo do Santander obtido pelo Valor indica que os impactos dessas despesas dependem menos do tamanho do estímulo e mais do estágio do ciclo econômico. O trabalho indica que os chamados "multiplicadores fiscais" são significativamente mais fortes em períodos de recessão, quando há desemprego elevado e capacidade ociosa, e perdem potência quando a economia opera próxima do seu potencial - quadro que se aproxima do cenário projetado para 2026. O trabalho é assinado pelos economistas Ítalo Franca, Henrique Dany e Ana Julia Costa.

De acordo com Franca, o cenário projetado para 2026 é de expansão relevante das despesas. O gasto do governo central (formado por Previdência, Tesouro Nacional e Banco Central) deve crescer pouco acima de 3,5% em termos reais, superando o limite do arcabouço fiscal. Os motivos são principalmente despesas fora da regra, como o pagamento de precatórios. Ainda assim, o efeito multiplicador do impulso fiscal deve ser mais contido - servindo principalmente para sustentar crescimento real do **PIB** próximo de 1,5%. Esse efeito mede quanto o desvio dos gastos em relação à sua tendência impacta o hiato do produto, uma medida de ociosidade da economia.

O efeito multiplicador menor previsto para este ano, de acordo com os autores, reflete o estágio atual da economia, que se encontra em um ciclo avançado e de menor ociosidade, com sinais de arrefecimento. Nesse ambiente, os multiplicadores tendem a ser menores do que nos anos recentes, reduzindo a probabilidade de surpresas positivas mais expressivas sobre o **PIB**.

Além disso, ainda persiste alta rigidez e indexação das despesas, o que limita a flexibilidade da política fiscal e dificulta uma resposta suficientemente anticíclica - isto é, a capacidade de ampliar estímulos em momentos de desaceleração e contê-los quando a economia está aquecida.

"Assim, a busca por um superávit primário capaz de estabilizar a dívida pública de forma sustentável é essencial para criar espaço para uma atuação fiscal mais anticíclica, com menor impacto sobre o

endividamento", disse Franca.

Na comparação entre expansões e recessões, os números indicam respostas mais fortes durante períodos recessivos. Em fases de crescimento, o efeito estimado de um aumento dos gastos - medido como desvio em relação à sua tendência - sobre a ociosidade da economia é praticamente nulo (0,04 ponto percentual) no "ano zero", reforçando a tese do estudo que estímulos teriam menos efeito. Já em recessões, o impacto passa do patamar negativo em 0,14 ponto no período imediato para patamares positivos em 0,40 ponto em um ano e 0,71 ponto em dois anos.

Além do estágio do ciclo, a composição do gasto também influencia os resultados. O estudo aponta que despesas com investimento público tendem a gerar efeitos mais fortes ao longo do tempo, embora com maior defasagem. Em recessões, o multiplicador do investimento começa em 1,22 ponto no trimestre inicial e 2,51 ponto no segundo, ganhando força gradualmente até atingir 7,43 ponto no sétimo trimestre e 12,58 ponto no oitavo.

Já categorias como benefícios previdenciários apresentam impacto mais concentrado no curto prazo. Em recessões, o efeito sobe para 7,17 ponto no primeiro trimestre e 6,34 ponto no segundo, mas recua para 4,52 ponto no terceiro, indicando perda de intensidade após o impacto inicial.

Franca reforça, contudo, que os gastos previdenciários e as

transferências de renda continuam entre as despesas com maior impacto sobre o consumo, que deve permanecer como um dos principais vetores de alta do **PIB** neste ano. O Santander projeta alta de 2,3% no consumo das famílias em 2026. Já o **PIB** como um todo deve crescer 1,5%.

"Essas despesas ainda exercerão papel importante como motores do crescimento, mas com intensidade reduzida, diante dos efeitos restritivos da política monetária que ainda persistem sobre a economia", ponderou.

Desde a pandemia, o Brasil passou por impulsos fiscais relevantes. A Proposta de Emenda à

Constituição

(PEC) da Transição gerou estímulo de aproximadamente 1,7% do **PIB**. Somado à expansão do crédito, à ociosidade da economia e ao pagamento de precatórios equivalentes a 0,9% do **PIB** no fim de 2023, esse movimento resultou em efeito multiplicador expressivo e contribuiu para surpresas positivas no **PIB**.

Para os próximos anos, Franca destaca a importância de reforçar a sustentabilidade fiscal e avançar em reformas microeconômicas que ampliem a capacidade produtiva, "de modo a criar um ambiente mais favorável ao investimento produtivo e ao aumento do crescimento potencial".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Câmbio ajuda, mas Brasil cai em ranking de PIB global

O câmbio no fim do ano ajudou, mas foi insuficiente para o Brasil não cair no ranking dos maiores PIBs do mundo em dólar, após registrar no ano passado o menor crescimento desde 2020, na pandemia.

A economia brasileira foi ultrapassada pela russa e deixou a lista de dez maiores do mundo, o que não acontecia desde 2022.

A queda do Brasil para o 11 já era aguardada desde outubro do ano passado, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou suas projeções para a economia global e apontou o avanço russo. Mas o cenário desde então trouxe algumas surpresas.

O positivo para o Brasil é que o real ganhou mais força em relação ao dólar do que se esperava em outubro, o que ajudou o **PIB** do país a ganhar espaço no ranking, ainda que o crescimento apontado nesta terça-feira (3) pelo IBGE tenha sido menor que o projetado pelo FMI: 2,3%, e não 2,4%.

Isso acontece porque a comparação mundial é feita pelo valor corrente do **PIB** na moeda do país em relação à cotação média da moeda local em dólar. Ou seja, uma moeda mais valorizada consegue "comprar" mais dólares, o que impulsiona o resultado do **PIB** na comparação global.

Em outubro, o FMI projetava uma cotação do dólar de R\$ 5,614, e o resultado final foi de R\$ 5,584. A diferença parece pequena, mas, mesmo com o crescimento do **PIB** menor que o estimado pelo Fundo em outubro, a economia brasileira foi US\$ 24 bilhões maior do que se previa.

Outra "surpresa" nas projeções do organismo internacional, porém, derrubou o Brasil no ranking: o Canadá cresceu mais que o estimado pelo Fundo. Os vizinhos dos Estados Unidos tiveram alta de 1,7%, 0,5 ponto percentual mais do que a projeção.

Ainda assim, os canadenses também foram ultrapassados pelos russos, caindo do nono maior **PIB** global em 2024 para o décimo lugar no ano passado.

A grande dúvida é qual será a nova posição da economia russa, já que ela pode ter também ultrapassado a italiana, indo para o oitavo. lugar. Não é possível apontar isso agora, porque o FMI deixou de

divulgar a cotação diária do rublo. Pelos valores publicados pelo banco central russo, o país vai ganhar a posição dos italianos, algo que o FMI não apontava em outubro.

A Rússia, ainda mais que o Brasil, foi beneficiada pela alta do rublo em relação ao dólar, já que a economia local cresceu apenas 1% no ano passado. A sua moeda, porém, foi uma das que mais se valorizaram no ano passado, apesar das sanções internacionais devido à invasão da Ucrânia.

No topo do ranking, não houve nenhuma mudança de posição. Os Estados Unidos estão em primeiro lugar (US\$ 30,797 trilhões), seguido pela China, com US\$ 19,505 trilhões. A Alemanha é a maior economia europeia: US\$ 5,052 trilhões. Na sequência, aparecem duas economias asiáticas (Japão e Índia).

O Brasil também perdeu espaço na economia global porque cresceu menos que boa parte dos seus pares. O enfraquecimento da economia brasileira a partir do segundo trimestre do ano passado derrubou o país no ranking dos melhores desempenhos do **PIB** global no ano passado.

O avanço de 2,3% foi o 30o melhor resultado entre 55 economias que já divulgaram seus desempenhos do ano passado.

Em 2024, o Brasil havia ficado no top 20 entre esse mesmo grupo de países.

O resultado de 2025 também ficou abaixo da média global desse grupo de 55 países: 2,9%.

Na comparação com os países da região, a economia brasileira teve crescimento inferior ao da costarriquenha (4,6%), ao da peruana (3,4%) e ao da colombiana (2,6%). O México, outro país latino-americano que já divulgou seu resultado de 2025, teve expansão de 0,8%.

O avanço brasileiro também ficou distante do registrado pelas economias que mais cresceram no passado, quase todas concentradas na Ásia. Taiwan liderou o avanço global, com alta de 8,7%, seguida por Vietnã (8%) e Geórgia (7,5%).

A China, segunda maior economia global, teve

expansão de 5%, e os EUA, o maior **PIB** do planeta, teve crescimento pouco abaixo do brasileiro: 2,2%.

Os piores desempenhos globais ficaram, em sua maioria na Europa: Hungria e Alemanha cresceram 0,3%, Itália, 0,5%, e Estônia e Romênia, 0,6%.

O resultado do quarto trimestre mostrou um desempenho ainda mais fraco do Brasil - teve

o apenas o 40 maior crescimento entre 51 países que já divulgaram o **PIB** do período.

Com o avanço de 0,1% na comparação com o terceiro trimestre de 2025, o resultado brasileiro ficou abaixo até mesmo do de economias desenvolvidas, que costumam ter crescimento mais modesto que o de países emergentes - caso do Brasil.

O desempenho da economia brasileira no quarto trimestre de 2025 foi idêntico ao de Japão e Reino Unido e inferior ao de Estados Unidos, por exemplo.

Também ficou abaixo de países latino-americanos como México (alta de 0,9%), e (avanço de 0,6%), além de desempenho idêntico ao da Colômbia.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>